

RESUMO EXECUTIVO DA ATA

2ª Reunião Plenária do CBH-AT de 2024 – Extraordinária

Data: 29 de agosto de 2024.

Horário: 09h30

Local: Ambiente virtual pela Plataforma Teams.

Membros do Colegiado

(A relação completa, daqueles que registraram devidamente presença, encontra-se disponível na Secretaria Executiva do Comitê)

SEGMENTO ESTADO

Anderson Esteves	DAEE
Seica Ono	DAEE
Laura Stela Naliato Perez	SEMIL
Daniel Jesus de Lima	EMAE
Rodrigo Ferraz Moreira	SABESP
Luciana Martin R. Ferreira	Instituto de Pesquisas Ambientais
Rubens José Mario Júnior	Sec. Da Saúde
Mônica Therezinha Bartié Rossi	Sec. de Desenv. Urbano e Habitação
David Rodrigues	Sec. Da Agricultura e Abastecimento
Sergio Luiz Damiaty	Sec. Da Educação
Gerson Salviano	IPT
Ricardo Alexandre Lieutaud	CIESP São Paulo
Sueli Moroni da Silva Machado	FIESP

SEGMENTO MUNICÍPIOS

Douglas Batista	PM de Salesópolis
Andrei Rosental	PM de Barueri
P/ Pâmela Maróstica	PM de Diadema
José Eduardo Victorino	PM de Mairiporã
Solange Wuo	PM de Suzano
Luciana Sabra Vieira	PM de Osasco
Yasmim Zampieri Sampaio	PM de Itaquaquecetuba
Marcel Ian	PM de Biritiba Mirim
Regina Damasceno	PM de São Bernardo do Campo
Israel Rodrigues de Souza	P.M de Caieiras
Marcelo Rodrigues da Motta	P.M de Itapeçerica da Serra
Ionara Amelia Fernandes	PM de Mogi das Cruzes
Daniel Teixeira de Lima	PM de Mogi das Cruzes

SEGMENTO SOCIEDADE CIVIL

Virgílio Alcides de Farias	Movimento em Defesa da Vida
P/ Renata Moreira	UFABC
Mário Fontes	Associação Nossa Guarapiranga
Ricardo SAAD	CIESP – São Bernardo
Amauri Pollachi	ONDAS
Priscila Bezerra	ABCON
Elcio de Sales	CIESP Oeste
Vanessa Dias	SindusCon-SP

54 Gustavo Veronesi Fundação SOS Mata Atlântica
55 Cristiane Cortez FECOMERCIO-SP
56 Letícia Trombeta UNIFESP
57 Carla Geanfrancisco Falasca APGAM
58

59 **1. Abertura;** Hélio cumprimentou a todos e deu início à reunião. **2. Informes;** Não
60 havendo informes relevantes. **3. Ordem do dia: 3.1. Agências de Bacia e Projeto de**
61 **Lei Complementar 35/2024;** O Diretor Presidente da FABHAT (Fundação Agência
62 Bacia Hidrográfica do Alto Tietê), Hélio Cesar Suleiman, abriu o tópico informando do
63 estudo em desenvolvimento financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento,
64 BID, a pedido da Coordenadoria de Recursos Hídricos, que propõe a criação de
65 agências que pudessem dar apoio técnico e administrativo aos Comitês de Bacia. Já foi
66 redigido um Termo de Cooperação Técnica que, até então, foi aprovado pelo Centro de
67 Convênios e aguarda a aprovação da Secretária Natália. Hélio Cesar reiterou que é
68 importante focar na construção de regramentos específicos, tais como as leis 7663 e a
69 10.020. Ele disse também sobre a importância da união entre os parceiros para criarem
70 uma gestão adequada, diante do cenário atual (desmatamento, queimadas,
71 enfraquecimento da administração corrente).
72 Amauri Pollachi sinalizou a necessidade de reformular a relação das Secretarias
73 Executivas e as Agências de Bacia propostas, visto que a arrecadação e o volume de
74 recursos são muito baixo em alguns Comitês. Sendo assim, é natural a convergência
75 de Comitês de arrecadação menor com outros de arrecadação maior, a fim de se fazer
76 a gestão como um todo. Sobre o Projeto de lei Complementar 35/2024, que altera as
77 agências reguladoras do Estado de São Paulo e transforma o DAEE (Departamento de
78 Água e Energia Elétrica) em uma autarquia em regime especial, chamada SP Águas. O
79 projeto de lei passou por uma audiência pública na terça-feira, 20 de agosto, e Amauri
80 trouxe os seguintes pontos debatidos: a questão do regime de urgência posto na
81 Assembleia Legislativa, que se mantém, a falta de discussão acerca do projeto SP
82 Águas, no âmbito do sistema de Recursos Hídricos e a incerteza em relação à
83 realocação dos funcionários do DAEE. Resgatou a importância da Bacia do Alto Tietê
84 para o Estado de São Paulo e, mais uma vez, questionou como será feita a
85 administração do recurso. Em seguida, Hélio Suleiman afirmou que foi garantida na lei
86 a gestão descentralizada e afirmou que existe um compromisso da Secretária Natália
87 em construir uma gestão participativa. Mário Fontes (Coordenador do Subcomitê da
88 Bacia Hidrográfica Cotia-Guarapiranga), seguiu a discussão evidenciando que a gestão
89 de recursos hídricos não acompanha o debate acerca do saneamento básico, tendo em
90 vista os afluentes da Bacia Guarapiranga que estão contaminados com esgoto
91 doméstico. Novamente, Hélio afirmou que a Secretária Natália se mostrou preocupada
92 com a situação e se comprometeu a contorná-la. O Superintendente do DAEE
93 (Departamento de Água e Energia Elétrica) se apresentou e tranquilizou os
94 participantes ao afirmar que a construção do decreto do SP-Águas será feita de forma
95 democrática, considerando diversas sugestões. **3.2 Acompanhamento de**
96 **empreendimentos FEHIDRO;** Beatriz Silva Gonçalves Vilera, Diretora Técnica da
97 Fundação Agência da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê (FABHAT), apresentou um
98 dashboard interativo dos empreendimentos feitos, a partir de 2015, pela FEHIDRO. O
99 documento evidencia que foram realizados 145 empreendimentos, totalizando
100 aproximadamente 472 milhões de reais investidos. Nele, é possível visualizar quais
101 desses negócios foram concluídos, cancelados e quais ainda estão em andamento.
102 Ademais, é possível consultar qual o valor aplicado em cada empreendimento, qual área
103 de manancial será beneficiada e a porcentagem de contratação indicados pelos comitês.
104 Existem gráficos apresentando, ano a ano, a arrecadação da FEHIDRO e os recursos
105 disponibilizados pela CFURH (Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos

106 Hídricos). O documento, segundo Beatriz, é atualizado a cada duas semanas. **3.3**
107 **Fórum Brasil das Águas; O Fórum Brasil das Águas é um conjunto de encontros**
108 **e eventos que promovem inclusão, capacitação e troca de experiências exitosas**
109 **entre os responsáveis pela gestão de águas no Brasil;** O evento aconteceu em Foz
110 do Iguaçu entre 5 e 9 de agosto de 2024. Os principais pontos discutidos foram:
111 afirmação da gestão descentralizada, dificuldade na manutenção da estrutura
112 operacional dos comitês, importância da cobrança pelo uso da água, necessidade de
113 adaptação no contexto das mudanças climáticas, importância da educação ambiental
114 com o público infante-juvenil, e da diversidade de atores e apresentação de experiências
115 exitosas. Jordana Zola, arquiteta e urbanista, trouxe para a reunião sua visão sobre o
116 evento. O primeiro ponto levantado pela arquiteta foi a dificuldade em implementar,
117 consolidar e operacionalizar a gestão descentralizada tendo em vista o contexto
118 sociopolítico-econômico. Ela continuou afirmando que não há divulgação suficiente para
119 outras esferas sociais sobre educação ambiental e as pautas dissertadas pelos comitês.
120 Zola concluiu seu relato desenvolvendo as discussões ausentes no evento, são eles:
121 como trabalhar as mudanças climáticas em um contexto de dificuldade operacional de
122 gestão enfrentada e a importância de investir no tratamento de água considerando as
123 dificuldades financeiras e a estruturação atual dos comitês. Gerson (IPT) comentou
124 outro ponto negativo: a falta de debate entre os participantes, devido a disposição das
125 salas (mesas muito longas que distanciam as pessoas) em que os encontros
126 aconteciam. Apesar disso, Gerson elogiou a presença de escolas no evento. **3.4**
127 **Aprovação da ata 1ª Reunião Plenária do CBH-AT de 2024, realizada em**
128 **08/02/2024;** Hélio Suleiman solicitou a dispensa da leitura da ata. Cristiane Lima Cortez
129 (FECOMERCIO-SP-Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de
130 São Paulo) solicitou revisão da sua fala nas linhas 272 a 274 e foi sugerido envio do
131 texto. A ata, com as devidas correções na fala da Cristiane, foi aprovada por
132 unanimidade. **3.5 Aprovação da Deliberação 179/2024, que aprova o novo**
133 **secretário do CBH-AT, para a gestão 2023-2025.** A Deliberação foi aprovada por
134 unanimidade e Anderson Esteves assumiu o cargo como novo Secretário Executivo. **3.6**
135 **Aprovação da Deliberação 180/24 que aprova o parecer técnico referente à**
136 **ampliação da atividade de extração de Dolomito, Quartzito e Filito, sob**
137 **responsabilidade Geocal Minerações no município de Santana do Paraíba;**
138 Anderson passou a palavra para Jordana explicar o conteúdo. O Grupo de Trabalho
139 Consultas Ambientais tem como principal objetivo a padronização das análises e
140 pareceres técnicos, tendo como exemplo o mesmo modelo de estudo da FEHIDRO, e
141 análises contemplando o impacto nos recursos hídricos na escala BAT, além do recorte
142 feito apenas no empreendimento localizado. Ao todo, serão três pareceres, mas Zola
143 desenvolveu apenas o único que foi anunciado: Ampliação Geocal. O projeto irá
144 acontecer na área de confluência dos rios Juqueri e Tietê, onde a lavração existe há
145 muitos anos. A solicitação envolve expandir a região de lavra e as regiões de depósito
146 de estéril por mais 81 anos, quando se prevê o esgotamento. Durante as tratativas, o
147 impacto ambiental causado por esse empreendimento (rebaixamento do lençol freático
148 e da superfície das águas subterrâneas) foi alvo de preocupação. Isso se torna mais
149 alarmante por se tratar dos dois principais rios da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê.
150 Entretanto, Jordana afirmou que existem laudos do Estudo de Impacto Ambiental e
151 Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) que concluem que os impactos serão de
152 baixa importância, obedecendo às práticas de controle e mitigando os impactos
153 referentes às instalações prediais do empreendimento. No material exposto há o
154 desenvolvimento de duas recomendações: para a preservação dos recursos hídricos,
155 inegáveis para a viabilidade do ambiental da organização, mas que não se estendem
156 às soluções previstas para o fim das atividades da lavra; e para a amenização sobre
157 recursos hídricos, relacionado às questões da instalação predial que, inclusive, algumas



ALTO
TIETÊ

158 já seguem as recomendações do licenciamento ambiental da Companhia Ambiental do
159 Estado de São Paulo (CETESB). Segundo a apresentação, o negócio não deve impactar
160 os mananciais em relação ao abastecimento. Porém, no projeto, e no laudo do
161 EIA/RIMA, não houve detalhamento para solução da captação, caminhamento e
162 lançamento das águas bombeadas da cava. Os planos de controle ambiental foram
163 avaliados e chegaram à conclusão de que o empreendimento é executável, mas o
164 licenciamento ambiental, durante os 81 anos propostos, não é recomendável. Uma
165 proposta feita por Jordana foi renovar a licença de acordo com as análises, planos de
166 controle e monitoramento feitos pelo EIA/RIMA. Todo o material apresentado foi
167 disponibilizado, sendo assim, Jordana encerrou sua fala e Anderson abriu para votação,
168 que foi aprovada por unanimidade. **3.7 Aprovação da Deliberação 181/24 – aprova o**
169 **parecer técnico sobre o empreendimento trem intercidades;** Jordana iniciou
170 informando que a proposta de negócio abrange vários empreendimentos de trens de
171 passageiros expressos e não expressos e trens de carga associados em uma mesma
172 faixa de domínio ferroviário. O percurso feito pelos trilhos será da Barra Funda até
173 Campinas, atravessando as unidades hidrográficas de gerenciamento de recursos
174 hídricos (UGRHI) 6 e 5, respectivamente. Em sentido da Câmara Técnica, o
175 empreendimento não permite indicar a viabilidade ambiental, é necessário indicar quais
176 os significativos impactos nos recursos hídricos, portanto, é indispensável a
177 complementação do documento. Será usada a mesma faixa de domínio da linha 7 da
178 CPTM, Rubi (Santos-Jundiaí), porém estendida até Campinas. Sendo assim, o
179 empreendimento se encaixa no âmbito de desenvolvimento urbano, porém não
180 apresenta estudos referentes ao cenário de projeção populacional ou adensamento
181 demográfico e transformação do uso do solo nesta região. Não só isso, o material
182 exposto também não evidencia as compatibilidades e interferências com a legislação de
183 cada município e zoneamentos municipais, tais como a zona especial de proteção
184 ambiental e recursos hídricos, em Caieiras, zona institucional em Franco da Rocha e o
185 zoneamento de Francisco Morato. Ao longo do documento, é sinalizada a atualização
186 da estrutura das drenagens com a atualização das próprias infraestruturas que estão
187 construídas e que interceptam a ferrovia. Contudo, não se fala como serão tratadas as
188 consequências dos eventos climáticos extremos, principalmente em relação às chuvas,
189 considerando a vazão crítica quando há abertura das comportas de represas, como
190 Paiva Castro, em Franco da Rocha, e Caieiras, que são lugares por onde a ferrovia
191 passa. O empreendimento apresentado conta com uma ampliação transversal da faixa
192 de domínio, que exige uma adequação nas áreas diretamente afetadas e da sessão
193 típica da ferrovia que, segundo o documento, não é seguida. De acordo com a arquiteta
194 Jordana, se a ferrovia for ampliada, ela fatalmente terá uma interferência física, seja na
195 área de preservação permanente ou no próprio corpo hídrico, que não está mapeada,
196 invalidando todo o processo de análise. Jordana informou que, mesmo alguns trechos
197 do exposto afirmando que existe um mapeamento dos impactos nos recursos hídricos
198 associados a execução das obras, à erosão dos terrenos e a dificuldade no
199 carregamento o assoreamento de materiais, não há a dimensão clara da dimensão do
200 impacto. Apesar do empreendedor fornecer avaliação dos impactos e medidas de
201 controle, mostra-se que a análise não considera as consequências fundamentais,
202 comprometendo o negócio como um todo. Por fim, Jordana encerrou afirmando que o
203 material apresentado não é suficiente para considerar a viabilidade ambiental, mesmo
204 na licença prévia. Essa informação também foi validada pela Bacia PCJ (Piracicaba,
205 Capivari e Jundiaí). Virgílio (MDV) questionou se a Deliberação contempla a passagem
206 de animais, tanto domésticos quanto silvestres, no percurso dos trilhos. Ele enfatizou
207 que no item 3.7, é imprescindível conter alternativa locacional, caso contrário, a
208 Deliberação se configura como inválida. Zola declarou que a análise feita foi focada
209 apenas no impacto dos recursos hídricos, mas que o EIA/RIMA tem programas de

210 proteção à fauna e que soluções serão indicadas por eles. Relativo a alternativa
211 locacional, Jordana confessou que não sabe exatamente como responder. Ela afirmou
212 que faz sentido não haver uma alternativa, visto que o projeto está propondo a extensão
213 de uma ferrovia já existente. Para ela, a questão mais problemática é como o aumento
214 da seção transversal acompanhará os córregos. Ricardo Alexandre Lieutaud,
215 especialista em meio ambiente na FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São
216 Paulo) complementou e desenvolveu a fala de Jordana. Segundo ele, o corredor
217 ecológico não é de responsabilidade do empreendedor, apenas indicações e sugestões
218 para uma possível criação de unidade de apoio. Quanto à alocação, o mesmo afirmou
219 que, segundo o CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente), há alguns casos em
220 que a alternativa locacional é restrita, ele afirmou que esse empreendimento é um
221 desses casos. Bianca Forti, gestora ambiental, rebateu a fala de Ricardo e afirmou que
222 existe, sim, uma alternativa, porém uma alternativa de engenharia, por exemplo,
223 aplicando a mesma tecnologia usada em metrôs. Ricardo concordou com a gestora.
224 Mesmo assim, Jordana afirmou que as alternativas ficam comprometidas devido a falta
225 de detalhamento nas áreas afetadas presentes no material. Virgílio insistiu na menção
226 de ações de amenização de acidentes de animais. Hélio sugeriu que essa pauta seja
227 escalada para o órgão correto, pois extrapola as responsabilidades dos Comitês de
228 Bacias. Virgílio concordou. Amauri retornou à discussão com a sugestão de deixar
229 explícito a necessidade do empreendedor revisar e complementar o estudo de impacto
230 ambiental, no item 5 do documento. Hélio solicitou que todos aqueles que tiverem
231 sugestões a acrescentar no documento, enviem um texto para que o mesmo seja
232 adicionado na íntegra. **3.8 Aprovação da Deliberação 182/24 - Linha 20 Rosa e**
233 **prolongamento da Linha 2 Verde, municípios de São Paulo, Santo André e São**
234 **Bernardo;** Hélio solicitou que Jordana resumisse ao máximo a apresentação da
235 deliberação, tendo em vista o pouco tempo de reunião. O projeto consiste na construção
236 de uma nova linha de metrô totalmente subterrânea da estação Santa Marina até o
237 centro de Santo André, um percurso de, em média, 34 quilômetros. Jordana afirmou que
238 tal empreendimento é viável, desde que observadas todas as recomendações. Por ser
239 um projeto de desenvolvimento e transformação do uso do solo e adensamento e
240 verticalização, é importante atentar-se que a área do percurso que não é totalmente
241 apta à urbanização intensa. O EIA/RIMA constata que, em alguns trechos, há uma
242 grande suscetibilidade à inundação já que há a existência de poços de captação e
243 aquíferos subterrâneos, de caráter vulnerável. Mesmo que o documento do
244 empreendedor afirme que as estações e instalações do metrô estão a salvo das cotas
245 de inundação, não há evidências suficientes que sustentem tal indicação. De acordo
246 com a arquiteta, não existe uma explicação de como esses impactos serão contornados.
247 Além disso, o empreendedor está desconsiderando o perímetro das Área de
248 Preservação Permanente (APP), o que não colabora para a recuperação e qualificação
249 ambiental da cidade no futuro. Jordana finalizou sua fala citando a recomendação
250 extraordinária: a re submissão do documento para o Comitê quando a preparação da
251 licença de instalação e desenvolvimento do projeto forem feitas. Hélio sugeriu que a
252 recomendação de Jordana deve ser aplicada também no momento do licenciamento.
253 Seica Ono (não identificado) afirmou que os dois últimos projetos não foram
254 apresentados ao DAEE e expressou preocupação com os postos já outorgados do
255 trajeto da linha. Ela continuou dizendo que, quando o ponto de partida e profundidade
256 forem definidos, o Departamento de Água e Energia Elétrica precisa ser consultado
257 também. Zola respondeu que o empreendedor tem ciência suficiente de ambas as
258 manifestações citadas para indicar o nível de interferência no projeto. A comunicação
259 com o Departamento para a obtenção das outorgas é um item que já está incluso na
260 Deliberação. Seica afirmou que os pontos atendem as demandas do DAEE. A
261 Deliberação foi aprovada por unanimidade. **3.9 Aprovação da Deliberação 183/24 -**



ALTO
TIETÊ

262 **Indicação dos empreendimentos com financiamento de recursos feitos em 2024;**
263 Laura Stela Naliato Perez, Secretaria do Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística
264 (SEMAE), informou que tiveram 32 empreendimentos protocolados no Comitê, com
265 valor total de 10 milhões de reais. Em primeira análise, 12 não foram habilitados,
266 deduzindo do valor total 32 milhões, e um projeto foi caracterizado como desistência,
267 reduzindo 21 milhões. Foram submetidos mais 19 empreendimentos para
268 complementação. Desses, 16 foram habilitados e 3 ainda não. Laura seguiu
269 anunciando quais projetos tiveram aprovação. Dois projetos, um em Francisco Morato
270 e outro em Mogi das Cruzes, que previam a coleta seletiva para resíduos de construção
271 civil e investigação confirmatória de contaminação no antigo e na siderúrgica,
272 respectivamente, não se enquadraram nas ações financiáveis e, portanto, foram
273 inabilitados. Outros empreendimentos, um em Mogi das Cruzes, do SEMAE, (que previa
274 a manutenção e calibração do Parque de Macromedidores e sistema de distribuição de
275 água), e outro em Santana do Parnaíba (que promovia a prestação de serviço para a
276 revisão do caderno de drenagem urbana), não apresentaram os temas de referência,
277 impedindo a sua avaliação e, sendo assim, não foram contemplados. Dois projetos do
278 DAEE, um que é um sistema dinâmico de planejamento e gerenciamento de recursos
279 hídricos e outro um estudo de disponibilidade hídrica, também foram reprovados, pois
280 abrangiam todo o território de São Paulo, extrapolando a área de atuação do Comitê, e
281 não atingiram a pontuação mínima para a contemplação. O projeto da prefeitura de
282 Caieiras, ação do plano de drenagem do Município, por uma inadimplência técnica
283 declarada em outro empreendimento, não pode ser tomador de novos recursos do
284 FEHIDRO. Um empreendimento da FUNDAG (Fundação de Apoio à Pesquisa Agrícola)
285 contemplando a situação da segurança hídrica e alimentar, na APRM (Área de Proteção
286 e Recuperação dos Mananciais) do Alto Tietê, tem como tomador o DAEE e, não só
287 isso, a proposta foge do do escopo da ação financiável do Comitê, portanto a proposta
288 foi negada. Três projetos da Prefeitura de Mauá foram negados, são eles e seus
289 motivos: serviço de engenharia para a elaboração de um projeto de revitalização da
290 microdrenagem. Na prática, era uma proposta para construção de galeria de
291 macrodrenagem, exigindo previsão da obra em plano de drenagem, que não foi
292 apresentado. Outro projeto era a realização da macrodrenagem no rio Tamanduateí,
293 porém a previsão da obra não foi apresentada. O último projeto negado foi a execução
294 da microdrenagem na região do Jardim Zaira. Não houve exibição dos elementos
295 necessários para compreensão da proposta e não atingiu a nota mínima para a
296 solicitação de complementações. Alguns projetos foram, também, inabilitados após
297 complementações. Projetos da Prefeitura de Mairiporã, com apresentação para
298 ampliação da coleta seletiva, e CONDEMAT (Consórcio de Desenvolvimento dos
299 Municípios do Alto Tietê), apresentando a implementação da coleta seletiva nos
300 municípios por ele abrangido, rejeitados pois não atenderam as complementações
301 solicitadas pelos analistas e não atingiram a nota mínima para habilitação; Prefeitura de
302 Santo André, com projeto básico e executivo de infraestrutura de drenagem para
303 aumento da canalização do corre não apresentou a previsão da intervenção que
304 comprove o não impacto à jusante. Os empreendimentos selecionados para a indicação
305 com recurso da cobrança foram: Prefeitura de Mairiporã, canalização do córrego
306 Lavapé, com 6 milhões de investimento; CONDEMAT, estudo para implementação de
307 saneamento rural com abrangências nos municípios englobados pelo Consórcio, com
308 investimento de pouco menos de 1 milhão; Consórcio Intermunicipal Grande ABC,
309 trazendo identificação de áreas prioritárias para implantação de novas unidades de
310 conservação e corredores ecológicos, 780 mil, e, o segundo projeto, a identificação de
311 áreas prioritárias para implantação de novas unidades de conservação e corredores
312 ecológicos para redução de risco dos municípios ao redor (Diadema, Ribeirão Pires e
313 Rio Grande da Serra), 1 milhão e 500 mil; iniciativa “Águas da Mata”, conectando



ALTO
TIETÊ

314 comunicações e a ciência cidadã na proteção das Unidades de Conservação
315 Andreenses, do Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André
316 (SEMASA), com aproximadamente 500 mil; Prefeitura Municipal de Salesópolis com
317 diagnóstico socioambiental e elaboração de projetos básicos/executivos para
318 restauração de sub-bacias, valor de 405 mil reais; Prefeitura Municipal de Suzano, com
319 consórcio de 5 milhões e 780 mil, para elaboração dos levantamentos topobatimétricos
320 das redes de macro e microdrenagem; Suinã - Instituto Socioambiental, 305 mil,
321 apresentando o projeto de diagnóstico socioambiental para restauração ecológica da
322 sub-bacia Cabeceiras; Prefeitura Municipal Ferraz de Vasconcelos, apresentando
323 construção de um centro de triagem de resíduos recicláveis por meio da ampliação da
324 coleta seletiva municipal, 4 milhões e 490 mil; Casa Militar do Gabinete do Governador,
325 com Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR) para o município Ferraz de
326 Vasconcelos, R\$ 1.830 mil; Prefeitura de Santo André, com atualização do Plano Diretor
327 de Manejo de Águas Pluviais, 2 milhões 225 mil; SEMAE, com o projeto executivo e de
328 execução do coletor tronco de esgotos, 14 milhões 237 mil; Prefeitura Municipal de
329 Itaquaquecetuba, apresentando a ampliação da coleta seletiva municipal através da
330 construção de um centro de triagem de resíduos recicláveis, 4 milhões e 500 mil;
331 Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes, com o projeto de realizar ações de educação
332 ambiental e a implementação de um centro de triagem de resíduos recicláveis,
333 aproximadamente 5 milhões de reais a ser investido. O valor total dos 14
334 empreendimentos aprovados foi cerca de R\$48.894.911,94, restando saldo de
335 R\$41.517.776,73 da compensação financeira. Os projetos somam R\$61.009.394,54. Os
336 empreendimentos de indicação com recurso da CFURH foram: Prefeitura Municipal de
337 Mogi das Cruzes, criação e implantação do Parque Linear de Jundiapéba, solicitando
338 960 mil, e Prefeitura de Santo André, com a ampliação e aprimoramento do
339 monitoramento e sistemas de alerta de eventos hidrológicos, 935 mil. O total foi de R\$
340 1.898.192,92, restando saldo de R\$731.057,87 de compensação financeira. Houveram
341 dois projetos do CONDEMAT cancelados pelo agente técnico, pois não foram
342 apresentadas as licitações necessárias para a contratação dos executores do
343 empreendimento, por falta de tempo. Foram eles: elaboração do plano diretor regional
344 de drenagem, abrangendo os municípios pertencente à sub-bacia Alto Tietê-
345 Cabeceiras, 9 milhões e 600 mil, restando saldo de R\$31.909.206,60, e capacitação da
346 população rural em boas práticas agrícolas e técnicas de irrigação na Área de Proteção
347 e Recuperação dos Mananciais Alto Tietê (APRM-ATC), 607 mil, diminuindo para
348 R\$123.337,49, com recursos da CFURH. Em geral, o valor total da cobrança foi de
349 R\$93.041.938,63 e o saldo da cobrança fechou em R\$31.909.206,60, o mesmo ficará
350 no Comitê para ser utilizado em 2024. O saldo da CFURH arrematou em R\$123.337,49.
351 Esse excedente retornará e será contabilizado com o conjunto de saldos restantes de
352 todos os Comitês do para investimento em projetos estaduais, sob liderança do Comitê
353 Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos. De todos os empreendimentos
354 de 2023, 59%, R\$34.722.856,63, trouxeram benefícios para APRM e 49%,
355 R\$23.780.625,44, não trouxeram. O fechamento está de acordo com a lei 12.183/2005,
356 que estabeleceu que 50% da aplicação deve ser destinada à Área de Proteção e
357 Recuperação dos Mananciais, durante 10 anos. Laura reiterou que, mesmo que o prazo
358 da imposição esteja se esgotando, o Comitê deve fazer com que a prática se torne
359 contínua. Segundo a assessora técnica do SEMAE, a Deliberação 175/20 estabeleceu
360 um máximo de 25% nos PDCs 1 e 2, um mínimo de 65% nos PDCs 3, 4 e 7 e máximo
361 de 10% nos demais PDCs. O fechamento em 2023 foi, respectivamente, 40%, 57% e
362 10%. Sendo assim, a diretriz não foi atendida e o rearranjo proposto por ela foi: alterar
363 as máximas propostas para os PDCs 1 e 2, máximo de 25% para 42%, para PDCs 3, 4
364 e 7, mínimo de 65% para 55% e para os demais PDCs, máximo de 10% para 3%.

365 Laura exibiu o documento da Deliberação e fez uma rápida recapitulação dos pontos
366 discutidos nessa reunião. Beatriz Vilera compartilhou a tela e apresentou um mapa do
367 Estado de São Paulo indicando a localização de cada um dos 18 empreendimentos
368 aprovados. O engenheiro Victorino (não identificado) informou que a Prefeitura
369 Municipal de Mairiporã indicou um projeto fora das bacias PCJ e AJ e, por isso, não
370 foram indiciados, ele se desculpou. Outro projeto que também não seguiu em frente, foi
371 o de compra de caminhões. Segundo o engenheiro, apesar de tudo dentro dos
372 conformes, os caminhões estavam sempre quebrando e o aviso passado aos analistas
373 não foi entendido com clareza. Ele tranquilizou os colegas afirmando que já existe outra
374 alternativa. Victorino expressou felicidade com a aprovação do projeto Lavapés e
375 agradeceu ao DAEE por atender à demanda. Hélio colocou a Deliberação sob
376 aprovação e a mesma foi aprovada por unanimidade. **4. Outros assuntos;** O Diretor
377 Presidente da FABH-AT solicitou que a inclusão de pautas ou assuntos a serem
378 discutidos seja feita até 15 dias antes da data da reunião. Laura informou que a
379 Deliberação dos critérios para 2025 será trabalhada a partir da primeira semana de
380 Setembro, mesmo que sem valores definidos, para aumentar o prazo de apresentação
381 dos empreendimentos. **5. Encerramento;** Hélio Suleiman demonstrou gratidão a todos
382 e destacou a importância do trabalho de cada um. Os participantes agradeceram, se
383 despediram e a reunião foi encerrada.
384 Esta Ata é o resumo dos registros taquigráficos da Ata de inteiro teor, elaborada pelo
385 Taquígrafo Dartan Gravina.